

SUMÁRIO

EDITAL SISTEMATIZADO	39
DICAS PARA PREPARAÇÃO ESPECÍFICA AO CARGO DE ANALISTA DO TRT	45
1. Introdução	45
1.1. Plano infalível	45
1.2. O seu pior inimigo antes e durante a preparação	46
1.3. Exercícios físicos durante a preparação para o concurso	46
1.4. Sono, descanso e lazer	47
2. Preparação específica	48
2.1. Pergunta clássica: quantas horas diárias de estudo são necessárias para aprovação?	48
2.2. Planilha e organização de estudos	49
2.2.1. Planilha – Dedicção exclusiva aos estudos	50
2.2.2. Planilha – Divisão do tempo entre trabalho e estudos	51
2.2.3. Monte a sua própria planilha	52
2.3. Dedicção às matérias do concurso para Analista do TRT e as bancas examinadoras (CESPE e FCC)	53
2.4. Técnica de estudar em grupo – funciona?	53
2.5. Grupo de estudo virtual para troca de materiais e questionamentos nas últimas fases do concurso	54
2.5.1. Redes sociais e preparação para o concurso	55
2.6. Cursos preparatórios	56
2.6.1. Cursos presenciais	56
2.6.2. Cursos telepresenciais e os novos cursos on-line	57
3. Bibliografia básica para o concurso de Analista do TRT	58
4. Momento em que o estudante decide desistir do concurso	59
CAPÍTULO I	
A REFORMA TRABALHISTA	61
1. Histórico	61
2. Valorização do negociado e impactos no direito e processo do trabalho	63
3. Impactos das diversas alterações legislativas em 2019, 2020 e 2021	71
4. Exercícios para memorização – a reforma trabalhista	74
4.1. Grupo Econômico	74
4.2. Tempo à disposição	74
4.3. Integração do direito do trabalho	74
4.4. Sócio Retirante	74
4.5. Prescrição	74
4.5.1. Prescrição Intercorrente	75
4.6. Multa por ausência de registro	75
4.7. Multa por informações incompletas no registro de empregados	75
4.8. Horas <i>in itinere</i>	75

4.9. Regime de tempo parcial.....	75
4.10. Compensação de jornada e banco de horas.....	75
4.11. Jornada 12x36.....	76
4.12. Exigências legais da compensação e prestação de horas extras habituais.....	76
4.13. Horas suplementares em atividades insalubres.....	76
4.14. Prorrogação de jornada de trabalho por necessidade imperiosa.....	76
4.15. Empregados não submetidos à limitação de jornada.....	76
4.16. Intervalo intrajornada.....	76
4.17. Teletrabalho.....	76
4.18. Fracionamento das férias individuais.....	77
4.19. Dano extrapatrimonial.....	77
4.20. Afastamento da gestante e da lactante de atividades insalubres.....	78
4.21. Intervalos para amamentação.....	78
4.22. Trabalho autônomo.....	78
4.23. Nova modalidade de contrato de trabalho: trabalho intermitente.....	78
4.24. Empregado hipersuficiente.....	78
4.25. Sucessão trabalhista.....	78
4.26. Regulamentação do trabalho intermitente.....	78
4.27. Uniformes.....	79
4.28. Salário e remuneração.....	79
4.29. Salário in natura.....	79
4.30. Equiparação salarial.....	79
4.31. Reversão e gratificação de função.....	80
4.32. Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho.....	80
4.33. Dispensa em massa.....	80
4.34. Plano de demissão voluntária.....	80
4.35. Dispensa por justa causa.....	80
4.36. Distrato.....	81
4.37. Arbitragem individual.....	81
4.38. Quitação anual de obrigações trabalhistas.....	81
4.39. Da representação dos empregados.....	81
4.40. Facultatividade da contribuição sindical.....	82
4.41. Valorização do negociado.....	83
4.42. Limites ao negociado.....	83
4.43. Ultratividade das normas coletivas.....	84
4.44. Prevalência do acordo coletivo sobre a convenção coletiva de trabalho.....	84
4.45. Reajuste das multas administrativas.....	84
4.46. Terceirização da atividade-fim.....	84
4.47. Condições de trabalho e salário equivalente.....	84
4.48. Quarentena da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	85
4.49. Quarentena do empregado terceirizado.....	85
4.50. Saque do FGTS.....	85
5. Questões dissertativas e estudos de caso.....	89
CAPÍTULO II	
INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO.....	97
1. Introdução ao direito do trabalho.....	97

1.1. Importância da CLT para o Direito do Trabalho	98
2. Fontes do direito do trabalho	99
2.1. Fontes materiais.....	99
2.2. Fontes formais.....	100
2.2.1. Fontes formais autônomas	100
2.2.2. Fontes formais heterônomas.....	102
2.2.3. Hierarquia das fontes formais.....	105
2.2.3.1. Hierarquia dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)	105
2.2.4. Conflito entre fontes formais.....	106
3. Integração.....	107
3.1. Direito comum como fonte subsidiária (Reforma Trabalhista).....	109
3.2. Limitação à jurisprudência trabalhista (Reforma Trabalhista).....	110
3.2.1. Criação e alteração de súmulas e orientações jurisprudenciais do TST e dos TRTs	111
4. Princípios do Direito do Trabalho.....	112
4.1. Princípio da proteção ao trabalhador	114
4.1.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da proteção ao trabalhador.	114
4.1.2. <i>In dubio pro operario</i>	116
4.1.3. Norma mais favorável.....	116
4.1.3.1. Instrumentos coletivos de trabalho e princípio da norma mais favorável (Reforma Trabalhista)	116
4.1.4. Condição mais benéfica	118
4.1.4.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da condição mais benéfica	118
4.2. Princípio da imperatividade das normas trabalhistas	119
4.2.1. Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da imperatividade das normas trabalhistas	119
4.3. Princípio da primazia da realidade	120
4.3.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da primazia da realidade	121
4.4. Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado.....	121
4.4.1. Impactos das medidas trabalhistas excepcionais da pandemia no princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado	122
4.5. Princípio da continuidade da relação de emprego.....	122
4.5.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da continuidade da relação de emprego	123
4.6. Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas.....	123
5. Flexibilização do Direito do Trabalho.....	125
5.1. Hipóteses de flexibilização	126
5.2. <i>Lay off</i>	130
5.2.1. Qualificação profissional (art. 476-A, CLT)	130
5.3. Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas.....	131
6. Renúncia e transação.....	134
7. Comissão de Conciliação Prévia (artigos 625-A até 625-H da CLT).....	139
7.1. Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa	140
7.2. Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia	141
7.3. Consequências da conciliação firmada perante a CCP	141

8. Questões dissertativas e estudos de caso.....	143
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	158

CAPÍTULO III

SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO	161
1. Empregado.....	161
1.1. Requisitos da relação empregatícia.....	162
1.1.1. Alteridade.....	165
1.1.2. Empregado hipersuficiente (Reforma Trabalhista).....	166
1.2. Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego	168
1.2.1. Exclusividade.....	168
1.2.2. Local da prestação de serviços e Teletrabalho (Reforma Trabalhista).....	168
1.2.3. Profissionalidade.....	170
1.3. Cotas destinadas a determinados empregados (ações afirmativas).....	170
2. Carteira de trabalho e previdência social	172
2.1. CTPS Digital.....	174
2.2. Informações obrigatórias na CTPS.....	176
2.3. Valor das anotações da CTPS.....	177
2.4. Anotação em CTPS.....	179
2.4.1. Anotações gerais e anotações especiais.....	180
2.4.2. Anotações sobre a remuneração.....	181
2.4.3. Apresentação da CTPS.....	181
2.4.4. Registros eletrônicos equivalentes às anotações.....	181
2.4.5. Prazo para acesso às informações de anotação	182
2.4.6. Vedação de anotações desabonadoras.....	182
2.5. Registro de empregados.....	183
2.5.1. Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista).....	184
2.5.2. Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista).....	186
2.6. Exigência de certidão negativa de antecedentes criminais na contratação do empregado.....	188
3. Relações empregatícias especiais.....	189
3.1. Empregado rural.....	190
3.1.1. Identificação da figura do empregado e empregador rural.....	190
3.1.2. Peculiaridades dos empregados rurais.....	191
3.1.3. Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5.889/73)	194
3.1.4. Terceirização e trabalho temporário no âmbito rural	195
3.2. Empregado doméstico	196
3.2.1. Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico.....	200
3.2.2. Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015.....	203
3.2.2.1. Jornada de trabalho e compensação	203
3.2.2.2. Trabalho em regime de tempo parcial	206
3.2.2.3. Períodos de descanso	208
3.2.2.4. Contrato individual de trabalho	211
3.2.2.5. Remuneração.....	214

3.2.2.6.	Proteção do trabalho da mulher	216
3.2.2.7.	FGTS.....	217
3.2.2.8.	Seguro-desemprego.....	219
3.2.2.9.	Aviso-prévio.....	221
3.2.2.10.	Término do contrato de trabalho	223
3.2.2.11.	Homologação das verbas trabalhistas e multa do art. 477, § 8º, CLT.....	225
3.2.2.12.	Papel da fiscalização do Trabalho.....	226
3.2.2.13.	Reflexos da LC nº 150/2015 em outros ramos do Direito.....	226
3.3.	Empregado público.....	235
3.3.1.	Introdução	235
3.3.2.	Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público	236
3.3.3.	Estabilidade do empregado público.....	238
3.4.	Proteção do trabalho do Adolescente.....	239
3.4.1.	Jornada de trabalho do adolescente	241
3.4.2.	Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade do adolescente 3.4.2.1. Trabalho infantil artístico	242 243
3.4.3.	Do papel dos representantes legais do adolescente	244
3.4.4.	Das férias.....	245
3.4.5.	Do salário	245
3.4.6.	Da prescrição	246
3.4.7.	Meio Ambiente de Trabalho	246
3.5.	Aprendiz.....	247
3.5.1.	Contrato de trabalho especial.....	248
3.5.2.	Prazo para o contrato de aprendizagem.....	249
3.5.3.	FGTS	249
3.5.4.	Obrigatoriedade na contratação de aprendizes	249
3.5.5.	Oferta de vagas a aprendizes usuários e dependentes de drogas.....	250
3.5.6.	Jornada de trabalho do aprendiz.....	250
3.5.7.	Vínculo empregatício do aprendiz	250
3.5.8.	Extinção do contrato de aprendizagem	252
3.6.	Proteção do trabalho da Mulher.....	252
3.6.1.	Proteção à maternidade.....	253
3.6.1.1.	Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista).....	255
3.6.1.2.	Licença-maternidade.....	257
3.6.1.3.	Estabilidade da gestante	261
3.6.2.	Meio ambiente de trabalho.....	267
3.6.2.1.	Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	268
3.6.2.2.	Afastamento de gestantes durante a pandemia de Covid-19 (Lei nº 14.151/2021 alterada pela Lei 14.311/2022).....	271
3.6.2.3.	Revistas íntimas.....	272
3.6.2.4.	Fim do Intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista)	273
3.7.	Mãe Social.....	274

4. Relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício.....	276
4.1. Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista	277
4.2. Trabalhador eventual	279
4.3. Trabalhador avulso	279
4.3.1. Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013)	280
4.3.2. Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009).....	283
4.4. Trabalhador voluntário.....	285
4.5. Cooperado.....	285
4.6. Estagiário	288
4.6.1. Introdução	288
4.6.2. Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio)	288
4.6.3. Conceito de estágio.....	289
4.6.4. Requisitos para existência do estágio regular	290
4.6.5. Agentes de integração.....	290
4.6.6. Partes envolvidas no estágio.....	291
4.6.6.1. Instituição de ensino	291
4.6.6.2. Parte concedente	292
4.6.6.3. Estagiário.....	292
4.6.7. Fraude no estágio.....	294
5. Empregador.....	296
5.1. Empregador e princípio da alteridade durante a pandemia de coronavírus.....	296
5.2. Grupo econômico.....	297
5.2.1. Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista)..	298
5.2.2. Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico	300
5.2.3. Contrato único.....	301
5.3. Sucessão de empresas.....	302
5.3.1. Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista).....	303
5.3.2. Sucessão em grupo econômico.....	305
5.3.3. Sucessão na Nova Lei de Falência	305
5.3.4. Sucessão entre entes de Direito Público	306
5.3.5. Sucessão em razão da privatização	306
5.4. Sócio retirante (Reforma Trabalhista)	307
5.4.1. Responsabilidade do sócio retirante.....	308
5.5. Poderes do empregador.....	309
5.5.1. Poder de organização	310
5.5.1.1. Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista).....	311
5.5.2. Poder de controle.....	313
5.5.2.1. Correio eletrônico	313
5.5.2.2. Revistas íntimas.....	314
5.5.2.3. Revistas pessoais	315
5.5.2.4. Fiscalização por câmeras	316
5.5.2.5. Uso de polígrafo (detector de mentiras).....	317
5.5.3. Poder disciplinar	317
5.5.3.1. Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	318
6. Terceirização	321

6.1. Introdução	321
6.2. Terceirização das atividades-fim da empresa contratante e requisitos para a terceirização lícita (Reforma Trabalhista)	324
6.2.1. Súmula nº 331 do TST	324
6.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	325
6.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	326
6.2.3.1. Julgamento do STF e a terceirização nas atividades-fim	327
6.2.4. Requisitos para terceirização lícita e a capacidade econômica da empresa prestadora de serviços	329
6.2.5. Fraude na terceirização	329
6.2.6. Críticas à nova legislação	330
6.2.7. Quarteirização	330
6.3. Requisitos para funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros	331
6.4. Requisitos do contrato de terceirização	331
6.5. Responsabilidade da tomadora	332
6.5.1. Direito dos terceirizados	332
6.5.2. Condições de trabalho (Reforma Trabalhista)	334
6.5.2.1. Súmula nº 331 do TST	334
6.5.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	335
6.5.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	335
6.5.3. Salário equivalente	337
6.6. “Quarentena” e reforma trabalhista	338
6.6.1. Período de quarentena da empresa prestadora de serviços a terceiros	338
6.6.1.1. Súmula nº 331 do TST	338
6.6.1.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	339
6.6.1.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	339
6.6.2. Período de quarentena do empregado terceirizado	340
6.6.2.1. Súmula nº 331 do TST	340
6.6.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	340
6.6.2.3. Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)	341
6.7. Terceirização na Administração Pública	341
6.7.1. Fraude na terceirização da Administração Pública	342
6.7.2. Responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas	343
7. Dono da obra e subempreitada	344
8. Trabalho temporário	346
8.1. Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação	347
8.2. Trabalho temporário e a contratação no período de greve	349
8.3. Empresa de trabalho temporário	350
8.3.1. Requisitos para o funcionamento da empresa de trabalho temporário	351
8.4. Empresa tomadora de serviços	352
8.5. Requisitos do contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços	353
8.6. Condições de trabalho	353
8.7. Abrangência de atividades do trabalho temporário	354
8.8. Ausência de vínculo de emprego do trabalhador temporário com a tomadora dos serviços	355

8.9. Prazo do trabalho temporário	355
8.10. Vínculo empregatício do trabalhador temporário e proibição de cláusula de reserva.....	357
8.11. Responsabilidade do tomador dos serviços	357
8.12. Direitos assegurados aos trabalhadores temporários	358
8.12.1. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	359
8.13. Diferenças entre terceirização e trabalho temporário	360
9. Questões dissertativas e estudos de caso.....	360
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	384

QUESTÕES

CAPÍTULOS II E III	387
1. Questões com gabarito comentado	387
2. Exercícios para memorização.....	449
3. Gabaritos	452
3.1. Exercícios de memorização.....	452

CAPÍTULO IV

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	455
1. Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego	455
2. Características do contrato de trabalho.....	458
3. Elementos do contrato de trabalho.....	459
3.1. Nulidades do contrato de trabalho.....	461
3.1.1. Trabalho proibido	461
3.1.2. Trabalho ilícito	462
3.2. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho	462
3.2.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista	463
3.2.2. Hipóteses de tratamento de dados.....	464
3.2.3. Tratamento de dados de empregados adolescentes	467
3.2.4. Análise de situações concretas de aplicação da LGPD nas relações de trabalho	467
3.2.4.1. Tratamento de dados na fase pré-contratual	468
3.2.4.2. Tratamento de dados na vigência do contrato de trabalho.....	468
3.2.4.3. Tratamento de dados após o término do contrato de trabalho.....	469
3.2.5. Norma coletiva e uso de dados pessoais.....	470
3.2.6. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho	470
4. Classificação dos contratos de trabalho	471
4.1. Contrato por prazo determinado	472
4.2. Hipóteses previstas na CLT.....	472
4.2.1. Hipóteses previstas na LC nº 150/2015 (Lei dos Domésticos).....	474
4.3. Estabilidade no curso do contrato a prazo determinado	475
4.4. Nova contratação	476
4.5. Término do contrato por prazo determinado	477
4.5.1. Término do contrato por prazo determinado na legislação dos domésticos (LC nº 150/2015).....	481
4.5.2. Término antecipado do contrato de aprendizagem (art. 433 da CLT)	481

4.6. Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98.....	483
4.6.1. Características.....	483
4.7. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista).....	484
4.7.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável.....	485
4.7.2. Conceito de trabalho intermitente.....	485
4.7.3. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas.....	487
4.7.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores.....	487
4.7.5. Constitucionalidade do trabalho intermitente.....	488
4.8. Regulamentação do trabalho intermitente.....	489
4.8.1. Normas ligadas à convocação do trabalhador.....	491
4.8.2. Multa por descumprimento do acordado.....	492
4.8.3. Direitos do empregado em trabalho intermitente.....	494
5. Alteração do contrato de trabalho.....	497
5.1. <i>Jus variandi</i> – Alteração unilateral do contrato de trabalho.....	499
5.2. Reversão.....	501
5.3. Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista).....	501
5.3.1. Conceito de gratificação.....	501
5.3.2. Disciplina anterior à Reforma Trabalhista acerca da gratificação de função e a reversão.....	502
5.3.3. Regulamentação da retirada da gratificação de função pela Reforma Trabalhista.....	502
5.4. Transferência de empregados.....	504
6. Suspensão e interrupção.....	505
6.1. Hipóteses de interrupção.....	507
6.2. Hipóteses de suspensão.....	510
6.3. Casos controvertidos.....	512
7. Questões dissertativas e estudos de caso.....	516
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	523
CAPÍTULO V	
DURAÇÃO DO TRABALHO.....	525
1. Duração do trabalho.....	525
1.1. Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto.....	525
1.1.1. Jornada móvel ou variável e o trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	526
1.1.2. Tempo à disposição do empregador.....	528
1.1.3. Controle de jornada e registro de ponto.....	530
1.1.4. Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional.....	532
1.1.5. Cartões britânicos.....	533
1.1.6. Registro de ponto por exceção.....	534
1.2. Horas <i>in itinere</i> (Reforma Trabalhista).....	536
1.2.1. Direito intertemporal. Situação dos empregados que já recebiam as horas <i>in itinere</i>	538
1.2.2. Tempo médio das horas <i>in itinere</i>	541
1.3. Sobreaviso e prontidão.....	542
1.4. Empregados não submetidos à limitação da jornada.....	544

1.4.1.	Gerentes com poderes de gestão.....	544
1.4.2.	Atividade externa	545
1.4.3.	Motoristas.....	546
1.4.3.1.	Tempo de espera do motorista	547
1.4.3.2.	Períodos de descanso do motorista	548
1.4.4.	Teletrabalho (Reforma Trabalhista).....	551
1.4.4.1.	Caracterização do teletrabalho	553
1.4.4.2.	Solenidade para o teletrabalho	554
1.4.4.3.	Alteração do regime presencial para teletrabalho	555
1.4.4.4.	Alteração do regime de teletrabalho para o presencial	556
1.4.4.5.	Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto.....	557
1.4.4.6.	Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho	558
1.5.	Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT)	560
1.5.1.	Salário proporcional.....	562
1.5.2.	Adesão dos empregados atuais ao regime de tempo parcial.....	563
1.5.3.	Adicional de horas extras	564
1.5.4.	Compensação de jornada.....	566
1.5.5.	Férias dos empregados em regime de tempo parcial	567
1.5.6.	Abono pecuniário de férias	568
1.5.7.	Empregado doméstico	569
1.6.	Turnos ininterruptos de revezamento	570
1.7.	Trabalho noturno.....	574
1.7.1.	Horários mistos.....	576
1.7.2.	Prorrogação do horário noturno.....	576
1.8.	Jornada do bancário.....	578
1.8.1.	Divisor da hora de salário do bancário	580
2.	Trabalho extraordinário (Reforma Trabalhista): hipóteses de prorrogação.....	583
2.1.	Limite de tolerância (Reforma Trabalhista)	584
2.1.1.	Limite de tolerância no intervalo intrajornada	586
2.2.	Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista).....	587
2.3.	Compensação (Reforma Trabalhista).....	588
2.3.1.	Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada	590
2.3.2.	Prestação de horas extras habituais em regime de compensação de jornada	591
2.3.3.	Banco de horas (Reforma Trabalhista).....	592
2.3.4.	Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista)	594
2.3.4.1.	Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres.....	596
2.4.	Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista).....	597
2.4.1.	Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36.....	600
2.4.2.	Trabalho no DSR e feriados.....	601
2.4.3.	Trabalho noturno em jornada 12 x 36.....	601
2.4.4.	Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico	602
2.4.5.	A jornada 12 x 36 como regra nas futuras contratações e os impactos malignos na sociedade	603
2.5.	Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista)	605

2.5.1. Força maior	605
2.5.2. Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos	607
2.6. Recuperação de horas	608
3. Período de descanso	610
3.1. Intervalos	611
3.1.1. Intervalo intrajornada	611
3.1.1.1. Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	613
3.1.1.2. Consequências da supressão ou redução do intervalo intra-jornada (Reforma Trabalhista)	616
3.1.1.3. Limite de tolerância no intervalo intrajornada	619
3.1.1.4. Intervalos remunerados	619
3.1.2. Intervalo interjornada	622
3.2. DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49)	624
3.2.1. Atestados médicos no Direito do Trabalho	625
3.2.2. Trabalho no DSR e feriados	627
3.2.2.1. Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral	629
3.2.2.2. Trabalho em domingos e feriados no comércio em geral	630
3.2.3. Consequências do trabalho no DSR	631
3.2.4. Remuneração do DSR	632
3.3. Feriados	634
3.4. Férias	635
3.4.1. Introdução	635
3.4.2. Período aquisitivo	635
3.4.3. Duração do período de férias	636
3.4.4. Perda do direito de férias	637
3.4.5. Período concessivo	638
3.4.6. Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista)	639
3.4.6.1. Empregados menores de 18 anos e maiores de 50 anos	641
3.4.7. Remuneração das férias	641
3.4.8. Abono pecuniário de férias	643
3.4.9. Férias concedidas após o período concessivo	644
3.4.10. Férias do professor	646
3.4.11. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais	647
3.4.12. Prescrição	649
3.4.13. Férias coletivas	650
4. Questões dissertativas e estudos de caso	652
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	664
QUESTÕES	
CAPÍTULOS IV E V	671
1. Questões com gabarito comentado	671
2. Exercícios para memorização	729
3. Gabaritos	730
3.1. Exercício para memorização	730

CAPÍTULO VI

REMUNERAÇÃO	733
1. Salário e remuneração.....	733
1.1. Gorjetas.....	733
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos.....	733
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017.....	734
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	734
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”).....	735
1.1.5. Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018 e Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.....	735
1.1.6. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada).....	736
1.1.7. Gueltas.....	737
1.2. Salário mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo.....	737
1.2.1. Salário mínimo do professor.....	740
1.2.2. Salários profissionais e normativos.....	741
1.3. Salário complessivo.....	742
2. Parcelas salariais (Reforma Trabalhista).....	744
2.1. Comissões e percentagens.....	745
2.1.1. Época do pagamento das comissões e percentagens.....	748
2.2. Gratificações (Reforma Trabalhista).....	748
2.3. Décimo terceiro salário.....	752
2.3.1. Décimo terceiro proporcional.....	753
2.4. Outras parcelas salariais.....	754
2.5. Adicionais salariais.....	755
2.5.1. Adicional de hora extraordinário.....	755
2.5.1.1. Introdução.....	756
2.5.2. Adicional noturno.....	759
2.5.3. Adicional de transferência.....	760
2.5.4. Adicional de periculosidade.....	761
2.5.4.1. Atividades perigosas.....	761
2.5.4.2. Base de cálculo.....	764
2.5.4.3. Necessidade de perícia.....	764
2.5.4.4. Cumulação do adicional de periculosidade.....	766
2.5.4.5. Da flexibilização do adicional de periculosidade.....	767
2.5.5. Adicional de insalubridade.....	769
2.5.5.1. Base de cálculo.....	771
2.5.5.2. Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista) ..	771
2.5.5.3. Reflexo nas demais parcelas.....	773
2.5.5.4. Ambientes insalubres e horas extras.....	774
2.5.5.5. Fornecimento de EPI e Ambiente de trabalho.....	776
2.5.5.6. Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista).....	777
3. Parcelas sem natureza salarial.....	779
3.1. Participação nos Lucros e Resultados – PLR.....	779

3.2. Ajuda de custo	780
3.3. Diárias para viagem (Reforma Trabalhista).....	780
3.4. Vale-transporte	781
3.4.1. Desconto no salário do empregado	781
3.4.2. Natureza jurídica da parcela	782
3.4.3. Vale-transporte nas férias e faltas do empregado	782
3.4.4. Vale-transporte do empregado doméstico e do avulso.....	783
3.4.5. Declaração falsa e mau uso do vale-transporte	783
3.4.6. Ônus da prova.....	783
3.5. Salário-família.....	784
3.5.1. Carência	784
3.5.2. Valor do benefício	785
3.5.3. Cessação do benefício	785
3.6. PIS/PASEP	786
3.7. Abonos (Reforma Trabalhista)	787
3.8. Prêmios (Reforma Trabalhista)	788
3.9. Auxílio-alimentação (Reforma Trabalhista).....	788
4. Salário-utilidade ou salário in natura	789
4.1. Natureza jurídica da utilidade	791
5. Da forma, do tempo e do local do pagamento.....	794
6. Garantias de proteção ao salário	796
6.1. Irredutibilidade salarial.....	798
6.2. Intangibilidade salarial	798
6.3. Vedação ao truck system.....	801
6.4. Pagamento na primeira audiência judicial.....	801
6.5. Proteção em face dos credores.....	802
7. Equiparação salarial (Reforma Trabalhista)	803
7.1. Requisitos da equiparação salarial.....	804
7.1.1. Identidade de empregadores	805
7.1.2. Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador	806
7.1.3. Identidade de funções.....	808
7.1.4. Trabalho de igual valor	808
7.1.5. Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma função de, no máximo, 2 anos	809
7.1.6. Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários.....	810
7.1.6.1. Critérios de promoção por antiguidade e merecimento	811
7.2. Trabalhador readaptado.....	812
7.3. Equiparação salarial na Administração Pública	813
7.4. Equiparação salarial em cadeia	814
7.5. Multa por conduta discriminatória.....	816
7.6. Equiparação por equivalência e salário-substituição.....	817
8. Desvio e acúmulo de função	819
9. Questões dissertativas e estudos de caso.....	820
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	827
CAPÍTULO VII	
ESTABILIDADE E FGTS	835

1. Introdução	835
2. Estabilidade por tempo de serviço	836
3. Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias.....	837
3.1. Dirigente sindical.....	837
3.2. Empregada gestante.....	841
3.2.1. Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado	843
3.2.2. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	844
3.2.3. Novo posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?.....	845
3.2.4. Exigência de certidão de nascimento do filho.....	846
3.2.5. Efeitos da dispensa da gestante	846
3.2.6. Afastamento de gestantes e de lactantes de atividades insalubres.....	847
3.2.7. Afastamento de gestantes durante a pandemia de Covid-19 (Lei nº 14.151/2021 alterada pela Lei 14.311/2022)	848
3.3. Empregado representante da CIPA.....	850
3.4. Empregado acidentado	851
3.5. Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP	853
3.6. Representante dos empregados (Reforma Trabalhista).....	854
3.7. Outras hipóteses	855
3.7.1. Membros do Conselho Nacional da Previdência Social	855
3.7.2. Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	855
3.7.3. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas.....	856
3.7.4. Empregado público.....	856
4. Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	858
4.1. Introdução	858
4.2. Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS.....	860
4.3. Trabalhadores com direito ao FGTS.....	864
4.4. Alíquotas e depósitos.....	865
4.5. Hipóteses de saque dos depósitos.....	867
4.5.1. Saque do FGTS e desastres naturais	869
4.5.2. A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário	870
4.5.3. Indenização sobre o FGTS	871
4.6. Prescrição	872
5. Questões dissertativas e estudos de caso.....	874
6. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	878

QUESTÕES

CAPÍTULOS VI E VII.....	883
1. Questões com gabarito comentado.....	883

CAPÍTULO VIII

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO) E DANO MORAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO E INDENIZAÇÕES.....	919
1. Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho).....	919
1.1. Introdução	919
1.2. Deveres do empregador.....	921

1.3. Deveres do empregado	921
1.4. Do papel do Ministério do Trabalho e Previdência	922
1.4.1. Interdição ou embargo e inspeção prévia.....	924
1.4.2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).....	925
1.5. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.....	926
1.5.1. Da composição da CIPA.....	927
1.6. Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho	928
2. Dano moral na relação de trabalho e indenizações.....	929
2.1. Introdução	929
2.2. Dano material.....	929
2.3. Dano extrapatrimonial (Reforma Trabalhista).....	930
2.3.1 Regulamentação do dano extrapatrimonial.....	930
2.3.2. Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial.....	932
2.3.2.1. Dano imaterial.....	933
2.3.2.2. Ação ou omissão e nexa causal.....	934
2.3.2.3. Culpa em sentido lato.....	934
2.3.3. Titularidade do direito à reparação do dano.....	935
2.3.4. Bens jurídicos tutelados.....	938
2.3.4.1. Bens juridicamente tuteladas da pessoa física.....	938
2.3.4.2. Bens juridicamente tuteladas da pessoa jurídica.....	939
2.3.5. Responsabilidade na proporção da ação ou da omissão	941
2.3.6. Cumulação de danos materiais e danos extrapatrimoniais.....	941
2.3.6.1. Perdas e danos	943
2.3.7. Arbitramento do dano moral	944
2.3.7.1. Da inconstitucionalidade do dispositivo	948
2.4. Dano estético.....	949
2.5. Competência para julgar ações envolvendo dano moral.....	949
3. Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho	950
3.1. Introdução	950
3.2. Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro.....	950
3.3. Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho	951
3.3.1. Acidente de trabalho.....	951
3.3.1.1. Acidente de trabalho típico.....	952
3.3.1.2. Acidente de trabalho equiparado.....	953
3.3.2. Comunicação de acidente do trabalho – CAT.....	957
3.3.3. Nexa de causalidade	958
3.3.4. Estabilidade do acidentado.....	959
3.3.5. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador.....	960
3.4. Reparação do dano decorrente de acidentes de trabalho	963
3.4.1. Dano material e moral.....	963
3.4.2. Perda de uma chance	963
3.4.3. Indenização por morte da vítima	964
3.4.4. Indenização por incapacidade transitória	965
3.4.5. Indenização por incapacidade permanente (invalidez).....	965
3.4.6. Dano estético	966

3.5. Competência para julgar ações envolvendo acidente do trabalho.....	967
4. Questões dissertativas e estudos de caso.....	968
5. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	971
6. Informativos do TST.....	972

CAPÍTULO IX

AVISO-PRÉVIO, TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	979
1. Aviso-prévio.....	979
1.1. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio.....	982
1.2. Aviso-prévio concedido pelo empregador.....	982
1.3. Aviso-prévio concedido pelo empregado.....	986
1.4. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado.....	986
1.5. Reconsideração do aviso-prévio.....	987
1.6. Falta grave no curso do aviso-prévio.....	987
1.7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	989
2. Término do contrato de trabalho.....	990
2.1. Resilição.....	990
2.1.1. Hipóteses de resilição unilateral.....	991
2.1.1.1. Demissão.....	991
2.1.1.2. Dispensa ou despedida sem justa causa.....	991
2.1.1.3. Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV.....	992
2.2. RESILIÇÃO BILATERAL: DISTRATO (Reforma Trabalhista).....	997
2.2.1. Verbas rescisórias devidas no distrato.....	999
2.2.2. Saque dos depósitos do FGTS.....	1000
2.2.3. Seguro-desemprego.....	1001
2.3. Resolução.....	1002
2.3.1. Dispensa por justa causa – art. 482 da CLT.....	1002
2.3.2. Rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT.....	1008
2.3.3. Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST).....	1011
2.4. Rescisão.....	1013
2.5. Demais hipóteses de término do contrato de trabalho.....	1013
2.5.1. Término do contrato por prazo determinado.....	1013
2.5.2. Força maior.....	1016
2.5.2.1. Dispensa por força maior durante a pandemia.....	1017
2.5.3. Morte do empregador.....	1017
2.5.4. Aposentadoria.....	1018
2.5.5. Fato do príncipe ou <i>factum principis</i>	1019
2.5.5.1. Fato do príncipe durante a pandemia.....	1019
2.5.6. Dispensa discriminatória.....	1020
2.5.7. Término do contrato de trabalho – Pessoa com deficiência.....	1022
2.6. Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista).....	1023
2.6.1. Extinção da homologação das verbas trabalhistas.....	1024
2.6.1.1. Homologação de acordo extrajudicial.....	1026
2.6.2. Recibo de quitação das verbas trabalhistas.....	1028
2.6.3. Forma de pagamento das verbas rescisórias.....	1029
2.6.4. Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do	

contrato de trabalho	1030
2.6.5. Fim da assistência na rescisão contratual.....	1031
2.6.6. Multa do art. 477, § 8º, CLT	1032
2.6.7. Reconhecimento judicial do vínculo de emprego.....	1032
2.6.8. Administração Pública e massa falida	1033
2.6.9. Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego.....	1034
2.7. Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista)	1036
2.8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1039
3. Prescrição e decadência	1040
3.1. Prescrição	1040
3.1.1. Prazos prescricionais.....	1041
3.1.2. Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista).....	1043
3.1.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista).....	1048
3.1.4. Prescrição do FGTS	1050
3.1.5. Prescrição do avulso	1052
3.1.6. Imprescritibilidade das anotações na CTPS.....	1052
3.1.7. Prescrição de ofício	1053
3.1.8. Prescrição intercorrente.....	1054
3.1.8.1. Posicionamento dos tribunais antes da Lei.....	1056
3.1.8.2. Prazo de 2 anos.....	1056
3.2. Decadência	1059
4. Questões dissertativas e estudos de casos	1060
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1076
 CAPÍTULO X	
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1079
1. Introdução	1079
2. Princípios ESPECÍFICOS de direito coletivo do trabalho	1080
2.1. Liberdade sindical.....	1080
2.2. Princípio da autorregulamentação.....	1082
2.3. Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada.....	1084
2.4. Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência.....	1088
3. Organização sindical brasileira.....	1088
3.1. Sindicatos.....	1089
3.1.1. Divisão dos sindicatos em categorias.....	1089
3.1.2. Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT	1091
3.1.3. Livre filiação dos trabalhadores.....	1093
3.1.4. Organização do sindicato	1094
3.2. Custeio do sindicato	1097
3.2.1. Contribuição sindical	1097
3.2.1.1. Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo	1097
3.2.1.2. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?	1098
3.2.1.3. Empregados sindicalizados – como fica?	1102
3.2.1.4. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista	1103

3.2.1.5.	Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical.....	1104
3.2.1.6.	Aspectos processuais.....	1106
3.2.2.	Contribuição confederativa.....	1107
3.2.3.	Contribuição assistencial.....	1108
3.2.3.1.	Do papel da Justiça do Trabalho diante de cobranças abusivas.....	1109
3.2.4.	Mensalidade sindical.....	1110
3.3.	Federação e confederação.....	1112
3.4.	Centrais sindicais.....	1112
4.	Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo.....	1114
4.1.	Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista).....	1117
4.2.	Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) de valorização do negociado.....	1120
4.2.1.	Jornada de Trabalho.....	1122
4.2.2.	Banco de horas.....	1123
4.2.3.	Intervalo Intrajornada.....	1124
4.2.4.	Programa Seguro-Emprego.....	1126
4.2.5.	Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança.....	1127
4.2.6.	Regulamento de empresa.....	1128
4.2.7.	Representante dos trabalhadores no local de trabalho.....	1129
4.2.8.	Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.....	1130
4.2.9.	Remuneração por produtividade e por desempenho individual.....	1131
4.2.10.	Registro de Jornada.....	1132
4.2.11.	Troca de dia dos feriados.....	1132
4.2.12.	Enquadramento do grau de insalubridade.....	1133
4.2.13.	Prorrogação da jornada em ambientes insalubres.....	1134
4.2.14.	Prêmios e incentivos.....	1136
4.2.15.	Participação nos lucros ou resultados da empresa.....	1137
4.3.	Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista).....	1138
4.4.	Litiscônsórcio necessário dos sindicatos em ações que tenha como objeto a anulação de cláusulas de instrumento coletivo de trabalho.....	1140
4.5.	Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista).....	1140
4.5.1.	Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo.....	1143
4.6.	Limites ao negociado (Reforma Trabalhista).....	1145
4.6.1.	Rol taxativo de limitação à negociação coletiva.....	1148
4.6.2.	Normas de identificação do trabalhador e anotações na CTPS.....	1149
4.6.3.	Seguro-desemprego.....	1150
4.6.4.	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	1150
4.6.5.	Salário mínimo.....	1151
4.6.6.	Valor nominal do 13º salário.....	1151
4.6.7.	Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.....	1152
4.6.8.	Proteção do salário.....	1152
4.6.9.	Salário-família.....	1154
4.6.10.	Repouso semanal remunerado.....	1154

4.6.11. Remuneração dos serviços extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.....	1155
4.6.12. Direito de férias e duração	1155
4.6.13. Licença-maternidade, com duração mínima de 120 dias	1156
4.6.14. Licença-paternidade	1156
4.6.15. Proteção do mercado de trabalho da mulher	1156
4.6.16. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, de no mínimo, 30 dias.....	1157
4.6.17. Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.....	1157
4.6.18. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas	1158
4.6.19. Aposentadoria.....	1159
4.6.20. Seguro contra acidentes de trabalho.....	1159
4.6.21. Prescrição	1160
4.6.22. Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência	1161
4.6.23. Trabalho do menor e Medidas de proteção legal às crianças e adolescentes	1161
4.6.24. Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso	1162
4.6.25. Liberdade de associação profissional ou sindical.....	1163
4.6.26. Direito de não sofrer desconto ou cobrança salarial previsto em convenção ou acordo trabalhista	1163
4.6.27. Direito de greve e serviços essenciais	1163
4.6.28. Tributos e outros créditos de terceiros	1164
4.6.29. Proteção do trabalho da mulher	1165
4.6.30. Regras sobre duração do trabalho e intervalos	1165
4.7. Negociação coletiva na pandemia (art. 11 e 17 da Lei nº 14.020/2020).....	1167
4.7.1. Validade do acordo individual para redução de salários e de jornada e suspensão contratual durante a pandemia.....	1168
4.8. Dispensa em massa (Reforma Trabalhista)	1169
4.9. Requisitos formais da negociação coletiva	1172
4.10. Vigência dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)	1176
4.10.1. Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST	1177
4.10.2. Após a alteração da Súmula nº 277 do TST.....	1178
4.10.3. Liminar do STF (APDF 323/DF)	1181
4.10.4. Alteração promovida pela Reforma Trabalhista	1182
4.10.5. Sentença normativa.....	1183
5. Greve.....	1185
5.1. Introdução	1185
5.2. Interesses defendidos na greve.....	1188
5.3. Direitos e deveres dos grevistas.....	1189
5.4. Greve em serviços essenciais.....	1190
5.5. Requisitos para o exercício do direito de greve	1191
5.6. Greve no serviço público.....	1193
6. Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista)	1199
6.1. Composição da comissão de representantes.....	1200

6.2. Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados.....	1201
6.3. Eleição dos representantes dos empregados	1202
6.4. Mandato do membro da comissão de representantes do empregado	1206
6.4.1. Estabilidade do membro da comissão de representantes	1206
6.4.2. Guarda de documentos.....	1208
7. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista.	1209
8. Questões dissertativas e estudos de caso.....	1210
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1220
QUESTÕES	
CAPÍTULOS VIII, IX E X.....	1223
1. Questões com gabarito comentado	1223
2. Exercícios para memorização.....	1256
3. Gabaritos	1258
3.1. Exercícios para memorização	1258
BIBLIOGRAFIA.....	1259